



POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E O TRABALHO INTELECTUAL INSURGENTE DE ESTUDANTES NEGRAS/OS

Larissa Madalena da Silva Pinheiro¹
Universidade Federal de Mato Grosso

Ana Luisa Alves Cordeiro²
Universidade Federal de Mato Grosso

RESUMO

Este artigo tem por objetivo evidenciar o trabalho intelectual insurgente de estudantes negras e negros da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) como fator impactante na produção do conhecimento científico, tendo como aspecto fundamental o ingresso pelas políticas de ações afirmativas entre os anos de 2020 a 2023, essa temporalidade incluiu apenas as/os estudantes regulares, excluindo da amostra as/os egressas/os. O aporte teórico metodológico utiliza-se de referenciais que faz interface entre os campos da Educação das Relações Étnico-Raciais, Feminismo Negro e Políticas de Educação Superior. A metodologia da pesquisa utiliza-se da abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, documental e exploratória. Assim, consideramos que o trabalho intelectual insurgente é necessário para produção do conhecimento científico e fundamental para o enfrentamento ao racismo em suas interseccionalidades nos espaços acadêmicos.

Palavras-chave: Políticas de ações afirmativas; Trabalho intelectual insurgente; Pós-Graduação.

AFFIRMATIVE ACTION POLICIES AND THE INSURGENT INTELLECTUAL WORK OF BLACK STUDENTS

ABSTRACT

The aim of this article is to highlight the insurgent intellectual work of black students in the *Stricto Sensu* Postgraduate Program at the Federal University of Mato Grosso (UFMT) as an impacting factor in the production of scientific knowledge, with entry through affirmative action policies as a fundamental aspect. The theoretical methodological framework uses references that interface between the fields of Education for Ethnic-Racial Relations, Black Feminism and Higher Education Policies. The research methodology uses a qualitative, bibliographical, documentary and exploratory approach. Thus, we believe that insurgent intellectual work is necessary for the production of scientific knowledge and fundamental for confronting racism and its intersectionalities in academic spaces.

Keywords: Affirmative action policies; Insurgent intellectual work; Postgraduate studies.

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Bolsista de Apoio Técnico a Pesquisa do CNPq - Nível 1, pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. Endereço para correspondência: Rua B, 429, Condomínio Tuiuiú, Altos do Parque II, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil, CEP: 78096-440. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8553-7266>. E-mail: larissa.heloize@gmail.com.

² Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação (DTFE) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), do Instituto de Educação (IE), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE/UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367, Boa Esperança, 78060-900 - Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3270-2376> E-mail: analisatri@gmail.com.

LAS POLÍTICAS DE DISCRIMINACIÓN POSITIVA Y EL TRABAJO INTELECTUAL INSURGENTE DE LOS ESTUDIANTES NEGROS

RESUMEN

El objetivo de este artículo es destacar el trabajo intelectual insurgente de los estudiantes negros del programa de Posgrado Stricto Sensu de la Universidad Federal de Mato Grosso (UFMT) como factor de impacto en la producción de conocimiento científico, teniendo como aspecto fundamental el ingreso a través de políticas de acción afirmativa. El marco teórico metodológico utiliza referencias que interactúan entre los campos de la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales, el Feminismo Negro y las Políticas de Educación Superior. La metodología de investigación utiliza un abordaje cualitativo, bibliográfico, documental y exploratorio. Así, creemos que el trabajo intelectual insurgente es necesario para la producción de conocimiento científico y fundamental para el abordaje del racismo y sus interseccionalidades en los espacios académicos.

Palabras clave: Políticas de acción afirmativa; Trabajo intelectual insurgente; Estudios de postgrado.

INTRODUÇÃO

A população negra é afetada historicamente pelo alijamento no acesso a direitos fundamentais na sociedade brasileira. O Brasil Colônia, Império e República promoviam a manutenção da discriminação e do racismo, desenvolvendo um modelo de crescimento excludente, impedindo que a população negra tivesse acesso à educação básica, deixando sua herança até os dias atuais, em termos de desigualdades raciais e sociais.

O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854³, estabelecido durante o período do Brasil Império, aponta no artigo 69, parágrafo 3, a não permissão de matrícula e frequência da população escravizada às escolas de ensino público de todo o Brasil, essa previsão era normativa para crianças, sendo que para as pessoas adultas a instrução dependia do desimpedimento de professoras e professores.

Vivo no imaginário brasileiro, o racismo, em suas interseccionalidades, ganhou novos moldes na ordem democrática, mantendo um padrão de desfavorecimento no acesso ao mercado de trabalho, educação, saúde, moradia, segurança, entre outros direitos. Dessa forma, movido pela meritocracia, que possui uma lógica excludente, o contexto social capitalista de supremacia branca masculina cisheteropatriarcal, culpabiliza os indivíduos pela falta de acesso aos direitos sociais.

³ Legislação Informatizada - DECRETO Nº 1.331-A, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1854. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

Uma das medidas de enfrentamento para romper com o racismo em suas interseccionalidades é a proposição de políticas públicas, de caráter permanente ou provisória, que adote soluções para reparar desigualdades raciais e sociais. Por meio dos enfrentamentos do movimento negro e de mulheres negras no Brasil, encontramos em nossa sociedade a garantia de direitos para a população negra, como as Políticas de Ações Afirmativas, que inicialmente são conquistadas para a graduação por meio da Lei 12.711/2012, chamada lei de cotas, atualizada pela Lei Federal nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.

Esta lei garante 50% (cinquenta por cento) das vagas de graduação para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, bem como, que as vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior deverão ser preenchidas, por curso e turno, por estudantes autodeclaradas/os pretas/os, pardas/os, indígenas e pessoas com deficiência, de acordo com o total de vaga disponível pela instituição. Com a atualização, pessoas quilombolas foram incluídas.

Ainda no âmbito da educação superior, também encontramos as políticas de ações afirmativas para o acesso à pós-graduação *stricto sensu* nas Universidades Públicas Federais brasileiras, anteriormente essa garantia era mantida pela Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, que dispunha sobre a indução de ações afirmativas na pós-graduação entre outras providências, e era facultativa. Atualmente, essa portaria passou a ter força de lei quando foi sancionada a referida Lei Federal nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que altera a Lei nº 12.711/2012, e torna as políticas de ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu* obrigatória em Instituições Federais em todo o país.

O direito da população negra aos espaços da graduação e pós-graduação no âmbito da educação superior se tornou um importante mecanismo de enfrentamento ao racismo em suas interseccionalidades e uma reparação histórica à negação da população negra da condição de sujeitos da produção do conhecimento. Assim, mesmo diante de uma sociedade e universidade movimentada pelo sistema capitalista de supremacia branca masculina cisheteropatriarcal, as e os estudantes resistem e persistem na produção do conhecimento científico.

Desse modo, o “trabalho intelectual insurgente”, termo usado para a escrita desse artigo, foi cunhado por bell hooks (2005)⁴, como “[...] uma parte necessária da luta pela libertação fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizariam e libertariam suas mentes” (hooks, 2005, p. 466).

Para tanto, faz-se necessário indagar: Afinal, qual produção do conhecimento científico tem sido relevante no ambiente acadêmico? Tendo em vista o ambiente da pós-graduação *stricto sensu* ser marcado pela lógica produtivista e aniquilamento da autonomia universitária.

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é evidenciar o trabalho intelectual insurgente de estudantes negras e negros da pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) como fator impactante na produção do conhecimento científico, tendo como aspecto fundamental o ingresso pelas políticas de ações afirmativas no período de anos de 2020 a 2023, por ser uma pesquisa sobre a permanência optamos por investigar apenas as/os estudantes regulares dos programas de pós-graduação.

Metodologicamente, o artigo se insere no contexto da pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, documental e exploratória, com foco nos relatos de estudantes negras e negros cotistas da pós-graduação *stricto sensu* da UFMT, entrevistadas e entrevistados no estudo. O aporte teórico metodológico utiliza-se de referenciais que fazem a interface entre os campos da Educação das Relações Étnico-Raciais, Feminismo Negro e Políticas de Educação Superior.

Este trabalho é resultado da pesquisa de mestrado intitulada “Política de Ações Afirmativas na Pós-Graduação *Stricto Sensu*: A Permanência de Estudantes Negras/os cotista na UFMT”, que foi desenvolvido no âmbito da Pós-Graduação em Educação (PPGE), na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e orientado pela Profa. Dra. Ana Luisa Alves Cordeiro. Dessa forma, também faz parte do projeto mais amplo, intitulado “As Interseccionalidades de Gênero, Raça e Classe na Educação Brasileira”, financiado pela Chamada CNPq/MCT10/2023 Universal e coordenado pela Profa. Dra. Ana Luisa Alves

⁴ Referenciamos o nome da bell hooks em minúsculo por pedido da autora, pois é um pseudônimo de Gloria Jean Watkins, sendo uma homenagem a avó dela, admirada por não ter medo de falar. Além disso, todas as vezes que mencionarmos as autoras e os autores pela primeira vez, colocaremos o nome completo para visibilizar as intelectuais negras.

Cordeiro. Dessa forma, o artigo está organizado em cinco partes, sendo elas: Introdução; Referencial Teórico-Metodológico; Metodologia; Análise dos dados e resultados; Conclusão e Referências.

REFERÊNCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Aos discutirmos sobre as políticas públicas, especificamente as políticas de ações afirmativas, conquistadas pela população negra, é preciso olhar para a construção histórica das relações étnico-raciais no Brasil, bem como o processo de democratização do acesso à Educação Superior. Explanamos nesse tópico as ações desenvolvidas pela população negra em prol da educação, pois compreendemos que um dos principais ativos para a ascensão social é através das oportunidades educacionais, a qual entendemos como:

Ascensão social: movimento pelo qual um agente ou grupo social, realizando uma possibilidade de ascensão social, muda de uma classe social (ou de uma camada de classe) para outra socialmente considerada superior. Aqui, classe social é entendida como sendo a estratificação em termos de posição nos processos sociais de produção, dominação e ideologização, isto é, será tomada em conta não só a posição na instância econômica (compra ou venda da força de trabalho), mas também a relação dos agentes com o poder (lugar no aparelho jurídico-político do Estado) e com os emblemas de classes (valores éticos, estéticos, etc.). (N.A.) (Souza, 2021, p. 47).

Desse modo, compreendemos que as bases das desigualdades estão ancoradas no proto-racismo reproduzidos pelos povos Gregos e Romanos nos anos VIII a.C, que constituíram um mundo voltado para a distinção do seres humanos entre “superior” e “inferior”, ou ainda, quem nasceu para ser escravo ou livre (Moore, 2007).

Carlos Moore (2007) descreve que o pensamento greco-romano demarcava a natureza e a inteligência humana segundo a fisionomia, o que mais tarde culminou para a legitimação do racismo. Encontramos essa validação na corrente filosófica do positivismo, que transformou a investigação das diferenças humanas em investigações científicas, ou seja, o ser humano passou a ser o objeto de investigação científica. Como pontua Moore (2007):

Tanto o sexismo quanto o racismo compartilham a singularidade de serem dinâmicas determinadas e construídas historicamente e não

ideologicamente. Por isso, a gênese desses dois fenômenos não parte de elaborações intelectuais conscientes, mas de conflitos longínquos, cujas origens se perdem no fundo do tempo, persistindo na consciência contemporânea sob forma fantasmática, simbólica e atemporal. A dinâmica própria do racismo se desenvolve dentro do universo de atitudes, valores, temores e, inclusive, ódios – mesmo quando inconfessos –, infiltrando-se em cada poro do corpo social, político, econômico e cultural [...] O sexismo é um fenômeno exclusivamente antmulher e o racismo um fenômeno fundamentalmente antinegro (Moore, 2007, p. 280-281).

Segundo a ciência positivista, as diferenças identitárias se explicavam por meio do determinismo biológico – cor da pele, forma do nariz, crânio, lábios, queixo, ângulo facial – também suas qualidades psicológicas, intelectuais, morais e culturais, e pelo determinismo geográfico que levavam em consideração as condições climáticas e/ou ambientais. Silvio Almeida (2018, p. 21) menciona que para os filósofos racialistas, essas dessemelhanças “seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças”.

Nessa perspectiva, o discurso da inferioridade racial difundido pelos colonizadores, propagou no imaginário social a falsa ideia de que devido às diferenças biológicas e/ou geográfica a população negra estaria fadada a desorganização e subdesenvolvimento.

Por outro lado, a população branca foi considerada pela ciência positivista como superior em função de suas características físicas, o que os tornavam inteligentes, detentores do conhecimento, honestos, bonitos, organizados e propensos ao desenvolvimento social e econômico. Essa hierarquização promovida pela ciência positivista, segundo Pedro Júnior (2011, p. 140), fez com que a população negra estivesse “mais sujeita à escravidão e outras formas de dominação”.

Assim, a “classificação da humanidade em raças hierarquizadas originou uma teoria pseudocientífica, a raciologia, que ganhou espaço no início do século XX, ultrapassando os círculos intelectuais e acadêmicos e se disseminando no conjunto da sociedade” (Júnior, 2011, p. 140). Ou seja, a raciologia, com o falso caráter científico, servia para justificar e validar o sistema de controle racial.

Todavia, ao contrário do conceito de raça difuso pela ciência positivista como algo biológico, entendemos este mesmo conceito como um constructo social “[...] histórica,

cultural, política e econômica das diferenças que se realiza no contexto das relações de poder” (Gomes, 2017, p. 15). Para tanto, afirmamos que a raciologia difundida pela pseudociência é uma doutrina racista que age em nossa sociedade.

Grada Kilomba (2019, p. 76) descreve que o racismo, “[...] inclui a dimensão do poder revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde, etc”. Sendo que se manifesta na sociedade por meio de três vertentes, são eles: racismo estrutural, racismo institucional e racismo cotidiano.

Segundo a autora, o racismo estrutural é manifestado pelas estruturas oficiais que “[...] operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus *sujeitos brancos*, colocando membros de outros grupos racializados em desvantagem visível, fora das estruturas dominantes” (Kilomba, 2019, p. 77, grifos da autora).

O racismo institucional por sua vez “se refere a um padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal, etc. [...] coloca os *sujeitos brancos* em clara vantagem” em relação a outro grupos (Kilomba, 2019, p. 77-78, grifos da autora).

E o racismo cotidiano, evidencia as experiências vividas na pele pela população negra, ou seja, é “[...] uma “exposição constante ao perigo”, um “padrão contínuo de abuso” que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém – no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família” (Kilomba, 2019, p. 80).

Propomos na perspectiva do Feminismo Negro analisar não somente o racismo, mas investigar as questões interseccionais que atravessam os corpos negros, pois compreendemos que quando a pessoa negra sofre o racismo, também é considerado o seu gênero e sua classe social, entre outros, de forma que obtemos instrumentalidade de investigar o racismo em suas interseccionalidades pela ótica do desfavorecimento da população negra.

Desse modo, o racismo em suas interseccionalidades estabeleceu um desenvolvimento excludente na sociedade brasileira, impedindo a população negra de acessar os bens e serviços públicos durante e após a abolição da escravatura. Ressaltamos que durante esse período, a população negra nunca esteve pacífica diante da dominação,

houve muitos embates e enfrentamentos que demonstrava a inquietude destas pessoas, assim, no final do período escravista crescia cada vez mais entre a população negra a resistência contra o sistema hegemônico.

Amauri Pereira (2008, p. 28) descreve que, por razões históricas “os negros não conseguiram se organizar independentemente, nem angariaram forças suficientes para uma verdadeira libertação. *Sofreram a abolição*”. Por causa da pressão e mudanças econômicas e sociais que ocorreram no Brasil após a extinção da escravidão, os membros progressistas das elites e a princesa imperial, Isabel, proclamaram a abolição da escravatura.

Contudo, o período pós-abolição apresentou muitos desafios imediatos à população recém-liberta, os setores hegemônicos das classes dominantes desprezaram a situação que estava acontecendo no Brasil, e implementaram um projeto de lei que visava trazer imigrantes de Europa para substituir a mão de obra da população negra no mercado de trabalho, bem como promover o branqueamento da população brasileira (Pereira, 2008).

Observa-se nas literaturas, que a população negra foi empurrada para as margens sociais, ficando aquém do governo e sociedade, pois para a elite brasileira a pessoa negra era responsável pelo atraso social, econômico e tecnológico do Brasil. Nesse esteio, muitas barreiras raciais foram implementadas para impedir o povo negro de ascender socialmente, colocando a exclusão em leis e decretos, como é o caso do Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, apresentado na introdução do artigo, e também do Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878⁵, que permitia aos homens negros estudarem somente durante o período noturno.

Também observamos a partir do Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, a não menção da mulher negra para o acesso a educação primária, deixando notório que o direito se estendia apenas aos homens negros, o marcador de gênero fazia com que a mulher, negra e pobre sentisse a exclusão racial e social de forma mais acentuada e

⁵ Legislação Informatizada - DECRETO Nº 7.031-A, DE 6 DE SETEMBRO DE 1878. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

evidente. A questão da raça, interseccionada ao gênero e a classe social, mostra que essa intersecção promove maiores exclusões para a mulher negra.

A autora Márcia Lima (1995), em seu ensaio para a revista de estudo feminista descreve que a questão de gênero e raça é bem determinante ao atingir muito mais as mulheres negras do que os homens negros “no que se refere a probabilidade de obtenção de emprego no setor formal. Isto faz com que o nível de escolaridade das mulheres negras se torne um pré-requisito fundamental para o seu ingresso neste setor de trabalho.” (Lima, 1995, p. 492)

Os estudos sobre a exclusão social por meio da raça demonstram que durante o período pós-abolição, a solução imigratória europeia mostrava uma saída imediata para o branqueamento da população nacional. Os imigrantes possuíam vantagens e privilégios quando chegavam ao Brasil, sua permanência foi notadamente incentivada, enquanto para o povo negro sobravam os trabalhos desqualificados, entre eles, o trabalho doméstico, para as mulheres negras.

Segundo Edward Telles (2012, p. 20), “as dúvidas da elite sobre a enorme população não-branca posteriormente impediriam a formação de uma autoimagem nacional positiva”. As políticas sociais aplicadas pelos eugenistas – pessoas que almejavam “melhorar a genética” humana por meio de uma limpeza racial – buscavam como solução o branqueamento da população negra por meio da miscigenação, na mescla de brancos e não-brancos, para que isso fosse possível, Telles (2012) descreve que:

[...] as elites e os elaboradores das políticas voltaram-se para a Europa, onde uma transição demográfica estava produzindo mão de obra excedente. O branqueamento prescrito pelos eugenistas tornar-se-ia a sustentação principal da política de imigração do Brasil. Assim como em outros países latino-americanos, a elite no Brasil trouxe e subsidiou imigrantes europeus para “melhorar a qualidade” de sua força de trabalho e substituir os ex-escravos (Telles, 2012, p. 23).

Nesse processo, por muito tempo os eugenistas acreditavam que essa política estava realmente realizando o embranquecimento da população, foram feitas diversas pesquisas e medidos índices por meio de censos demográficos para a comprovação da composição racial no Brasil, todavia “a questão da cor foi omitida nos Censos de 1900 e 1920 e em 1910 e 1930 não houve recenseamento” (Telles, 2012, p. 25). O autor descreve

que isso se deu pela falta de investimento nos recenseamentos da época, e para mascarar a real composição racial no Brasil, considerando que a massiva imigração europeia tinha chegado ao fim em 1920.

As décadas seguintes foram marcadas ainda por uma nova geração de eugenistas, alguns com ideias mais radicais, como a proposição de esterilização do povo negro, e outros se tornavam adeptos da miscigenação brasileira com vista à harmonia das raças.

Diante da impossibilidade de continuar com essa ideia de eugenia e/ou higienização racial, foi proposto por intelectuais a mestiçagem, tornando-se um dos pontos centrais na identidade nacional brasileira. Nesse esteio, observa-se que o racismo em suas interseccionalidades se apresenta na sociedade de forma distorcida, afirmando-se na negação, pois desde a década de 1930, quando Gilberto Freyre propagou nas academias o conceito da democracia racial, notamos as consequências da negação de preconceitos e discriminações raciais, assim como a falácia da igualdade de oportunidades sociais e econômicas para a população negra e branca.

Telles (2012) retrata em seu texto que “Freyre argumentava que o Brasil era único dentre as sociedades ocidentais por sua fusão serena dos povos e culturas europeias, indígenas e africanas. Assim, ele sustentava que a sociedade brasileira estava livre do racismo que afligia o resto do mundo” (Telles, 2012, p. 8).

Nessa perspectiva, a falsa ideia da democracia racial que culminou na esperança da miscigenação como forma de mistura das raças segundo os ideais de Freyre, intensificou o genocídio e o apagamento histórico e cultural da população negra e indígena. Enquanto fora do Brasil havia o pensamento da harmonia racial, dentro do território brasileiro acentuavam as mortes, estupros, invasão, exploração, escravização, em favor da agenda política da época.

Lélia Gonzalez (1983) descreve em algumas palavras a ilusória concepção da democracia racial disseminada pelos intelectuais, considerados racistas, da época:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (Gonzalez, 1983, p. 226).

Enquanto a ideia da democracia racial repercutia no exterior, as tensões e enfrentamentos do movimento negro e de mulheres negras se intensificavam na sociedade brasileira, o século XX foi um período marcado pelas reivindicações do povo negro, inclusive para desmistificar a ideia do paraíso racial, Ahyas Siss (2003) descreve que:

Infelizmente, o mito da democracia racial, ainda que constantemente denunciado, sobrevive no imaginário de parcela significativa da elite política dominante e dirigente do Estado Brasileiro. Há entre nós, uma verdadeira apologia de uma pseudo-harmonia racial que leva a um aprofundamento das práticas discriminatórias (Siss, 2003, p. 81).

A década de 1990 e início dos anos 2000 foram marcados pela efervescência política, econômica e social, a pressão e as lutas do povo negro por meio do movimento negro e de mulheres negras para a garantia de acesso a uma vida digna se intensificaram. No dia 20 de Novembro de 1995, com a “Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, em Brasília, houve um marco histórico para o povo negro, tendo como resultado a proposição de um programa de superação do racismo e das desigualdades étnico-raciais (Gomes, 2017).

Os estudos levantados por Nilma Lino Gomes (2017) descrevem que essa proposição de um programa de superação ao racismo e as desigualdades étnico-raciais foram entregues ao então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), e incluíam demandas por ações afirmativas. Diante das incessantes manifestações, Fernando Henrique, na posição de chefe de estado, declarou o Brasil como sendo um país racista e assim como Florestan Fernandes em sua obra “O Negro no Mundo dos Brancos” de (1972) desbancou toda teoria da democracia racial.

Houve então muitas opiniões contrárias às políticas de ações afirmativas e a reparação histórica em relação à população negra. Inclusive, muitos intelectuais que foram considerados aliados e aliadas na luta, não concordaram com as proposições acerca das ações afirmativas enquanto direito. Gomes (2017) relata que:

O Movimento Negro construiu um importante aprendizado para si mesmo. Ele compreendeu que algumas alianças antirracistas no Brasil – país do racismo ambíguo, do mito da democracia racial e das desigualdades raciais – se mantêm válidas até o momento em que os negros e as negras, ao lutarem por seus direitos, ousam e conseguem

ocupar espaços e lugares de poder, conhecimento e de decisão antes negados (Gomes, 2017, p. 85).

Por essa razão, ocorreram diferentes discursos racistas retratando que os níveis intelectuais das universidades públicas cairiam no conceito devido a inserção do povo negro, todavia, pesquisas apontam que o rendimento escolar de estudantes brancas/os e negras/os (pretas/os e pardas/os) são equiparados, e que em muitos momentos a/o estudante negra/o ultrapassa o percentual regular.

A declaração feita pelo presidente FHC, de que o Brasil era um país racista, não mostrava favorecimento à causa do povo negro, mas havia um interesse financeiro pelo governo federal. Organismos internacionais, como o Banco Mundial, indicou financiamento aos países que adotassem ações afirmativas. Com isso, em 2001 a nação brasileira se tornou signatária da III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul.

Diante desse histórico de enfrentamentos e lutas, vislumbravam-se as primeiras medidas de reparação histórica, na mudança de governo, com o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, houve a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que elaborou a Política de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), que visava reduzir as desigualdades raciais e promover as políticas de ações afirmativas.

Com isso, houve avanços quando foi sancionada a Lei n. 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), esta lei apresenta as diretrizes e inclui nos currículos a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e posteriormente foi alterada, incluindo a temática indígena, com a Lei nº 11.645/2008.

A consolidação dessas Leis é um marco importante para a educação brasileira, pois “[...] o caminho para uma transformação profunda nas relações étnico-raciais passa pela dinâmica social, pelo embate político, pelas relações de poder e, especialmente, pelo cotidiano das escolas e seus respectivos currículos” (Oliveira; Silva, 2025, p. 4).

Assim, no avanço das políticas públicas voltadas para o povo negro, também encontramos a conquista do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), em 2009, e em 2010 foi institucionalizada o Estatuto da Igualdade Racial, com a Lei n. 12.288/2010. Com vistas a garantir o acesso da população negra na Educação Superior, houve a proposição das políticas de ações afirmativas para o ingresso na graduação, todavia, antes dessa conquista a elite brasileira, com intelectuais contrários às cotas, inclusive pessoas que pesquisavam sobre o povo negro, fizeram manifestos contra essa política.

Contudo, no ano de 2012 o Supremo Tribunal Federal (STF) por unanimidade das autoridades presentes, confirmou o direito da população negra às políticas de ações afirmativas com reservas de vagas para o ingresso à graduação, nasce então a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, sancionada no governo da então presidenta Dilma Rousseff. Uma conquista histórica e relevante para a mudança do cenário hegemônico das Universidades Federais públicas brasileiras, essa lei estabelece:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. [...] Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 2012, Art. 1º e 3º).

Embora algumas universidades oferecessem de forma autônoma reservas de vagas para a população negra, com a obrigatoriedade em lei aumentou-se o número de ingresso de estudantes negros e negros, indígenas e pessoas com deficiência nas academias. É importante ressaltar que esta lei primeiramente abrange a categoria econômica e posteriormente a racial, de modo que a pessoa que ingressa por essa política, precisa primeiramente ter cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Outro direito adquirido pelo movimento negro e de mulheres negras foi por meio da Portaria Normativa n. 13, de 11 de maio de 2016, que induzia a “[...] inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas” (Brasil, 2016, p.1). Assim como na graduação, antes de ter força de lei e se tornar obrigatória as “[...] primeiras experiências com ação afirmativa na pós-graduação não partiram da iniciativa dos próprios programas, mas foram induzidas por entidades que já vinham desenvolvendo um trabalho na área de inclusão de grupos vulneráveis no ensino superior” (Venturini, 2019, p. 121).

Desse modo, no ano de 2023, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Projeto de Lei n. 5.384/2020, idealizado pela deputada Maria do Rosário (PT/RS) e que torna as políticas de ações afirmativas obrigatórias nas Universidades Federais públicas revisando a Lei 12.711/2012. Desse modo, a Lei Federal nº 14.723, de 13 de novembro de 2023 especifica que:

As instituições federais de ensino superior, no âmbito de sua autonomia e observada a importância da diversidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, promoverão políticas de ações afirmativas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação *stricto sensu* (Brasil, 2023, s.p, grifos do texto original).

Antes da conquista da Lei Federal nº 14.723/2023 houve debates e discussões sobre a importância e relevância dessa política para a pós-graduação *stricto sensu*, tendo como argumentação a falácia de que as barreiras da desigualdade racial e social foram transpostas ainda na graduação, todavia, estudos de Cordeiro (2017, p. 164) denotam que “[...] quanto mais elevado o nível de ensino, mais visível é a desigualdade étnico-racial e de gênero, desigualdade de acesso ao capital cultural que se reflete no capital econômico”.

Nesse sentido, as políticas de ações afirmativas na graduação e pós-graduação se justificam basilar para a ascensão social da população negra, nesse sentido, o trabalho intelectual para as/os estudantes negras/os transgride fronteiras discursivas e traz possibilidades outras para a valorização pessoal e comunitária.

Quando olhamos na perspectiva do Feminismo Negro, a intersecção da raça, gênero e classe atenuam o pensamento racista em suas interseccionalidades no ambiente acadêmico, Patrícia Hill Collins (2016, p. 106) descreve que “tanto ideologias racistas como sexistas compartilham a característica comum de tratar grupos dominados – os “outros” – como objetos aos quais faltam plena subjetividade humana”.

Nessa perspectiva, como o racismo em suas interseccionalidades e as desigualdades raciais se metamorfoseia nas academias, deparamo-nos ainda com um currículo homogêneo com estudos relacionados aos chamados “intelectuais clássicos” no âmbito da pós-graduação, majoritariamente branca e masculina, também a desvalorização das produções intelectuais de estudantes negras/os, classificando suas contribuições como “emocional”, “pessoal” e “cheias de opiniões”. Esse fator se intensifica quando descortinamos a vivência acadêmica da mulher negra. hooks (2005) descreve que:

A política do patriarcado, torna a situação dos intelectuais negros diferente das negras. Embora eles enfrentem o racismo, não enfrentam os preconceitos de gênero [...] como são encarados como membros legítimos de uma tradição intelectual estabelecida seu trabalho é menos suspeito e muitas vezes mais recompensados que o das negras (hooks, 2005, p. 475).

Dessa forma, as escritas e produções intelectuais das mulheres negras em especial, têm sido desqualificadas e invalidadas, pois ainda perpetua no imaginário social que a mulher negra cabe apenas os cuidados do lar e da família, obviamente da família branca, como refletirá Patrícia Hill Collins (2016). Partilhamos dos escritos de Kilomba (2019, p. 58) ao solicitar uma epistemologia que “[...] inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específico, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros”.

Trabalhamos na perspectiva teórico-metodológica do Feminismo Negro, abordando em termos de gênero tanto a mulher negra como o homem negro, objetivando compreender e refletir sobre as nuances que fortalecem as produções intelectuais insurgente das/os estudantes no âmbito do conhecimento científico nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Portanto, apresentamos no tópico a seguir, o percurso metodológico da pesquisa.

O CAMINHO QUE SE FEZ NO CAMINHAR – PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa apresentada se inclui na abordagem qualitativa, que investiga e interpreta a natureza dos significados, Maria Cecília Minayo (2011), estudiosa do campo das metodologias científicas, descreve que a pesquisa qualitativa:

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano não se distingue só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2011, p. 21).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa analisa as intenções humanas observando os motivos e os fenômenos segundo as determinações temporais, culturais e de valores, evidenciando as relações e intenções humanas.

Como descrito anteriormente, enxergamos as interações simultâneas do racismo por meio da interseccionalidade, compreendendo outros mecanismos de dominação que contribuem para a manutenção das desigualdades raciais na educação superior, Pinheiro (2023, p. 24) descreve que a “categoria da interseccionalidade permite-nos enxergar as interações simultâneas do racismo com outros mecanismos de dominação e subordinação que perduram na estrutura desigual da sociedade brasileira e interditam existências negras”.

Para tanto, nos embasamos na abordagem teórico-metodológico do Feminismo Negro “[...] como um movimento de lógica política para combater as múltiplas e simultâneas opressões a todas as mulheres negras” (Lemos, 2016, p. 101).

Por meio do Feminismo Negro com a instrumentalidade da categoria da interseccionalidade abordamos em termos de gênero tanto a mulher negra como o homem negro, pois o Feminismo Negro, por ser um movimento político que combate as opressões das mulheres negras, também nos dá embasamento teórico para analisarmos a realidade social do povo negro em geral, considerando e apontando com mais profundidade as subjetividades e violências vividas pelas estudantes negras.

Nesse sentido, a pesquisa também é de caráter bibliográfico, documental e exploratório. A investigação bibliográfica, segundo Gil (2002):

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (Gil, 2002, p. 44).

Por essa questão, focamos em nossa leitura e análises os estudos de livros, artigos científicos, dissertações e teses, bem como os materiais publicados nos bancos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Em nossa busca utilizamos como descritores: “Ações Afirmativas” “Pós-graduação” e “Negro/a”, os anos de defesa selecionada foram de 2016 a 2024, trabalhando na perspectiva pós Portaria Normativa n. 13, de 2016.

Encontramos cinquenta e sete pesquisas entre dissertações e teses, sendo que selecionamos vinte e cinco dessas por discutirem a temática sobre as políticas de ações afirmativas ligadas ao âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. Evidenciamos no quadro 1 as produções acadêmicas selecionadas no estudo:

Quadro 1 – Levantamento das produções de dissertações e teses utilizadas na delimitação da pesquisa no banco da CAPES

Ano	Título	Autoria	Tipo	Instituição	Programa
2016	O acesso da população negra aos cursos de pós-graduação: uma análise a partir das trajetórias de estudantes negros do curso afirmação na pós	Fabio Luiz da Silva de Sousa Leão	Dissertação	Universidade do Estado de Minas Gerais	Educação
2018	Estudantes negros(as) egressos(as) das políticas de ações afirmativas: um olhar sobre a pós-graduação	Emiko Liz Pessoa Ferreira	Dissertação	Universidade Federal de Santa Catarina	Educação
2018	Mestres/as Negros/as: trajetórias na pós-graduação dos/as egressos/as do curso de formação pré-acadêmica Afirmação na Pós	Kelly Cristina Candida de Souza	Dissertação	Universidade Federal de Minas Gerais	Educação: Conhecimento e Inclusão Social

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E O TRABALHO INTELECTUAL INSURGENTE DE
ESTUDANTES NEGRAS/OS

2019	As políticas de cotas sociorraciais como ação afirmativa nos programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras	Antônio Luis de Oliveira	Dissertação	Universidade de São Paulo	Direito
2019	Ações afirmativas na pós-graduação	Fabiana Santos Pereira	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde
2019	A Produção do Conhecimento Sobre Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduação no Brasil: balanços e perspectivas	Emanuel Mangueira Carvalho	Tese	Universidade Estadual de Campinas	Educação
2020	Universidade de Brasília, para quê? E para quem? Um estudo sobre as ações afirmativas para negros(as) no Programa de Pós-graduação em Direito da UnB	Kelly Martins Bezerra	Dissertação	Universidade de Brasília	Educação
2020	Inclusão universitária sob as perspectivas do acesso e da permanência: análise da política de cotas na pós-graduação <i>stricto sensu</i> das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro	Rafaela Nogueira do Nascimento	Dissertação	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Políticas Sociais
2020	Políticas afirmativas na pós-graduação da FACE: um estudo das representações sociais	Selma Monteiro Coelho	Dissertação	Universidade de Brasília	Educação
2020	As audácias e as histórias: análise psicossocial das trajetórias de negras/os doutoras/es em Psicologia na interface dos estudos sobre carreiras	Vilmar Pereira de Oliveira	Tese	Universidade Federal de Minas Gerais	Psicologia
2021	O lugar da mulher negra nas ciências: implementação das ações afirmativas na Pós-Graduação do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (IF-UFBA)	Tanesca Santana Cal	Dissertação	Universidade Federal da Bahia	Ensino, Filosofia e História das Ciências
2021	O desenvolvimento é para todos: ações afirmativas na Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Direito sob uma perspectiva racial	Amália Rosa de Moraes Silva	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Direito
2021	Ações Afirmativas na Pós-Graduação: a experiência nas universidades públicas de Mato Grosso do Sul	Fabiana Lucia de Souza	Dissertação	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Educação

2022	Escrever-se Negra: Autodeclaração Étnico-racial no Contexto das Ações Afirmativas na Pós-graduação	Matheus Silva Freitas	Dissertação	Universidade Federal de Minas Gerais	Educação
2023	Adoção de reserva de vagas para negros/negras na pós-graduação em educação: análise das Universidades Federais de Mato Grosso do Sul no período de 2016 a 2022	Ana Paula Moreira de Sousa	Tese	Universidade Federal da Grande Dourados	Educação
2023	Pós-negritar trajetórias acadêmicas nas encruzilhadas dos saberes: um estudo antropológico das ações afirmativas para pessoas negras na pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UFG	Débora Sirno Santos	Tese	Universidade Federal de Goiás	Antropologia Social
2023	Existências e resistências negras diante da obrigatoriedade de implementação da política de cotas raciais na pós-graduação da UFAL	Fabson Calixto da Silva	Tese	Universidade Federal de Alagoas	Educação
2023	Política de Ações Afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília: Implementação e Primeiros Resultados	Gabriela da Conceição e Carlos	Dissertação	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas
2023	Políticas de ação afirmativa e as mulheres negras na pós-graduação e na pesquisa universitária: um estudo de caso interseccional da UFRJ, UFBA e UFMG	Liliane Flores de Freitas Gonçalves	Dissertação	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Políticas Públicas e Desenvolvimento
2023	Mulheres Negras e Ações Afirmativas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt), UFPEL/ RS	Nilza Moraes Duarte	Dissertação	Universidade Federal de Pelotas	Antropologia
2023	Políticas de cotas e interseccionalidade: uma análise sobre a inserção de mulheres negras nos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro a partir da aprovação da lei n.º 6.914/2014	Pauline Aparecida Ildefonso Ferreira da Silva	Tese	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Políticas Sociais

2023	Projeto de Integração Étnico-Racial (Pier): Representatividade Negra, Política e Inclusão na Pós-Graduação	Patrícia Dias da Silva	Dissertação	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Psicossociologia de Comunicação e Ecologia Social
2023	Agenda decisória e as cotas raciais na pós-graduação: uma análise qualitativa na Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Renato Lima dos Santos	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Estudos Urbanos e Regionais
2023	Implementação das cotas étnico-raciais no programa de pós-graduação em educação da faculdade de educação na Universidade Estadual de Campinas	Robson Bomfim Sampaio	Dissertação	Universidade Estadual de Campinas	Educação
2023	Unidade do diverso ou inclusão sem pertencimento? Análise da educação superior e das políticas de ações afirmativas nas pós-graduações em serviço social no Brasil	Sheila Dias Almeida	Tese	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Serviço Social

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados obtidos na CAPES Catálogo de Teses & Dissertações, em 2025.

O levantamento bibliográfico apresenta um aumento significativo nas produções sobre as políticas de ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu*, anteriormente esta mesma pesquisa foi realizada tendo o ano de 2023 como ano máximo, porém foi constatado apenas cinco produções no banco da CAPES, ao atualizar a pesquisa usando os mesmos descritores com o ano máximo de 2024, o número foi de cinco a vinte e cinco produções.

Esse aumento mostra a dedicação de estudantes que buscam evidenciar as políticas de ações afirmativas enquanto reparadora nessa sociedade capitalista de supremacia branca masculina cisheteropatriarcal, tencionamos ainda, a importância de divulgar e evidenciar nas comunidades as escritas e possibilidades da população negra se inserir no ambiente acadêmico. Emiko Liz Pessoa Ferreira (2018, p. 68) descreve que “[...] as ações afirmativas são sem dúvida decisivas para que a expansão do Ensino Superior e da Pós-graduação não se dê de forma a ampliar as desigualdades já existentes”.

Desse modo, o nosso estudo também abrange a pesquisa documental, que tem como objetivo analisar fatos em documentos, o qual se constitui “[...] uma fonte poderosa

de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador” (Ludke; André, 1986, p. 39). Nossa análise debruçou nos estudos de portarias e leis oficiais.

Por fim, fizemos uso da pesquisa exploratória que “têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (Gil, 2002, p. 41). Propomos investigar uma nova interpretação da realidade, compreendida por meio das entrevistas semiestruturadas com as e os participantes da pesquisa.

A pesquisa foi realizada de modo presencial tendo como campo de observação a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) da Universidade Federal de Mato Grosso. Tivemos como participantes da pesquisa, estudantes negras/os (pretas/os e pardas/os) cotistas regulares dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo que foram selecionados por área de conhecimento conforme o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ): Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Linguística, Letras e Artes; Ciências Sociais e Aplicadas; e Ciências Humanas.

Para encontrarmos as e os estudantes que aceitaram participar do estudo, utilizamos a técnica “bola de neve”, que se conceitua como:

[...] uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados (Vinuto, 2014, p. 203).

Segundo a autora, este método de amostragem é potente para encontrar a população difícil de ser encontrada, portanto, conseguimos contato com esses participantes por meio das redes sociais, Currículo Lattes, Editais de ingresso aos programas os quais estavam vinculados, Coletivos estudantis, Grupos de Pesquisa e entre os próprios estudantes, sendo que sempre havia a indicação de outra/o estudante cotista.

Tendo o aceite e as entrevistas realizadas, nos procedimentos de análises aplicamos a técnica da análise de conteúdo, que caminha na “descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (Gomes, 2009, p. 84). Assim, analisamos as entrevistas realizadas com as/os sujeitas/os da pesquisa

e os documentos obtidos ao longo de nossa investigação, procurando entender os significados por trás de toda fala e silêncio produzidos pela/o estudante.

AÇÕES AFIRMATIVAS E A INTELECTUALIDADE NEGRA INSURGENTE

Neste tópico pretendemos apresentar nossas análises e reflexão acerca das narrativas das/os estudantes negras/os cotistas da pós-graduação *stricto sensu* da UFMT, evidenciando a percepção e as contribuições das políticas de ações afirmativas como fundamentais para a produção do conhecimento científico do e para o povo negro. Nesse esteio, pretendemos articular essas narrativas com embasamentos teóricos de autoras/es que estudam e pesquisam a Educação para as Relações Étnico-racial para o fortalecimento do discurso.

Na busca por estudantes cotistas da pós-graduação *stricto sensu* da UFMT, com o uso da técnica “bola de neve” conseguimos alcançar o quantitativo de dez estudantes de um total de dezesseis pessoas pretendidas. Para a discussão do trabalho intelectual insurgente, as perspectivas sobre as políticas de ações afirmativas e a lógica produtivista na pós-graduação, traremos para esse diálogo apenas cinco participantes, pois o artigo é fruto da dissertação⁶ de mestrado e o debate nele é mais evidenciado.

Nessa perspectiva, descreveremos aqui o perfil das/os discentes participantes e suas narrativas quanto a presente discussão, salientamos que na pesquisa aceitaram participar da entrevista sete mulheres negras e três homens negros, nesse sentido, neste artigo demonstraremos a fala de três mulheres negras e um homem negro, pois as discentes mulheres apresentaram argumentos importantes para essa discussão.

Paulo, estudante autodeclarado pardo, pós-graduando do curso de Doutorado em estudos de linguagens, reflete sobre a importância das políticas de ações afirmativas para a educação superior, “considero as políticas de ações afirmativas importantes para o meu ingresso, porque se não fosse pela ação afirmativa não teria feito a graduação, sem a graduação não teria feito o mestrado” (Paulo, 2023).

⁶ Dissertação de mestrado

A relação de Paulo com as políticas de ações afirmativas demonstra mais que necessárias para que a população negra acesse os espaços universitários, na vida de Paulo essa adoção contribuiu para superar as desigualdades educacionais.

De modo igual, Maria, mulher autodeclarada preta, atualmente egressa do mestrado do programa de pós-graduação em Educação, usou o direito de ingressar pelas políticas de ações afirmativas na graduação e pós-graduação *stricto sensu* da UFMT, descreve que as políticas de ações afirmativas:

[...] foi uma conquista institucional, tendo em vista que a educação, desde a educação básica, foi e é um espaço excludente, de segregação, de exclusão de corpos não brancos. Então, assim, a graduação já tem um afunilamento, na pós-graduação esse afunilamento é maior ainda. Então, tendo uma ação afirmativa que possibilite que esse cotista acesse esse espaço é maravilhoso. É um ponto muito positivo, um caminho que está sendo, digamos assim, encaminhado na perspectiva de realmente uma democratização, e não somente só na questão teórica, mas na questão da prática também (Maria, 2023).

Maria reflete sobre a perspectiva da teoria e a prática na construção efetiva das cotas raciais para a pós-graduação. Gomes (2017) descreve que a ciência moderna ocidental nunca reconheceu os saberes e culturas do povo negro, nesse sentido, verificar que os direitos historicamente conquistados estão sendo implementados e usufruídos pelo povo negro demonstra quebra de barreiras na hegemonia social.

Outra importante narrativa de Maria foi em relação a validação das discussões das/os estudantes negras/os cotistas da pós-graduação, ela faz um relato sobre uma fala de uma estudante que questiona a entrada na universidade de pessoas negras pelas cotas raciais, inclusive argumenta sobre a cor da pele de Maria, dizendo que ela não era tão retinta pra ter entrado por essa política. Quando questionamos sobre seu posicionamento, ela disse:

Eu não falei nada porque foi exposto para a turma inteira e eu já estava cansada de argumentar e de falar, de explicar para as pessoas coisas que eu acho que elas deveriam dar uma pesquisada, porque eu não sou o Google, não sou dicionário. Então acho que se a gente está no espaço que é de pesquisa, as pessoas também precisam sair do lugar de comodismo, por mais que não seja o objeto de suas pesquisas, se tem uma dúvida, vá procurar e pesquisa. Nessa situação quem fez a intervenção foi a professora da turma, que era até minha orientadora, mas mesmo assim

essa fala só foi validada porque era uma fala de uma mulher branca e de uma professora branca (Maria, 2023).

Observamos nessa situação o racismo cotidiano feito por uma discente do programa em relação a presença de Maria na pós-graduação, por vivenciar cotidianamente essa situação, Maria decide por não se posicionar para explicar o “por quê” de ela ter ingressado pelas cotas raciais, pois segundo ela, sua fala é sempre invalidada, ao contrário do discurso da professora da turma, que foi ouvida e entendida. Kilomba (2019, p. 41, grifos da autora) explica que “existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o”.

Concomitantemente, a estudante de doutorado em História, Dandara, mulher autodeclarada preta, avalia as políticas de ações afirmativas como importante na construção de outros saberes epistemológicos na pós-graduação *stricto sensu* brasileira, segundo ela:

Quem são as pessoas que estão na pós-graduação? São em sua maioria pessoas brancas que tiveram acesso à educação, que na sua maioria não foi na escola pública. Então, eu acho que as políticas afirmativas chegam para dar uma colorida na universidade e não só a diversidade pela diversidade: “Assim, a gente é preto, legal, chegou, acessou” NÃO! Eu acho que a gente pode construir outra epistemologia do saber, a nossa presença na graduação, no mestrado, no doutorado, é a possibilidade de trazer outros saberes, outros modos de vida, outras relações com uma pesquisa, porque a gente faz na nossa trajetória, a trajetória de luta (Dandara, 2023).

A população negra, estando nos espaços acadêmicos, em especial no âmbito da pós-graduação, contribui, conforme dito por Dandara, para a construção de novas epistemologias, na produção de diferentes conhecimentos científicos, e apresenta um novo horizonte para a desconstrução universalista do conhecimento. O documento oficial sobre as definições dos cursos de pós-graduação (Brasil, 1995, p. 3) descreve que o objetivo da pós-graduação é “[...] proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional, impossível de adquirir no âmbito da graduação”.

Nessa perspectiva, com o aprofundamento do saber e a livre investigação científica, as/os estudantes negras/os mesmo que tenham que cumprir com a lógica produtivista da

pós-graduação, pode encontrar prazer em suas produções, de modo que o trabalho intelectual insurgente para a população negra, em especial para a mulher negra sirva para romper com barreiras de desigualdades raciais, visto que “[...] dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca, toda a cultura atua para negar as mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar interdito” (hooks, 2005, p. 468).

Neusa, mulher autodeclarada negra, egressa do programa de pós-graduação em psicologia, ingressou na graduação e pós-graduação por meio das políticas de ações afirmativas, usamos no título deste artigo uma parte de sua fala ao endossar a necessidade do povo negro ocupar as universidades, ela descreve:

[...] a política de ação afirmativa em si é necessária não só para os nossos corpos ocuparem esses lugares, mas de reconhecimento do nosso conhecimento aqui dentro. A gente tem muito a produzir de conhecimento, a gente tem muito a somar na área do saber, mas pensando na permanência, pensando na divulgação, e eu digo na divulgação não só aqui dentro da universidade mesmo, mas nas periferias. Tem gente formada que está lá, às vezes nem atua na área de conhecimento deles, mas está lá na periferia e não sabe que tem vaga aberta para pessoas negras entrarem a partir dessa política (Neusa, 2023).

Nessa perspectiva, retomamos a pergunta feita na introdução deste artigo: Qual produção do conhecimento científico tem sido relevante no ambiente acadêmico? Compreendemos por meio das falas das/os estudantes e os estudos das/os intelectuais negras/os trazidas nesse estudo, ainda que com muita luta, timidamente o povo negro tem ocupado os espaços da pós-graduação, produzindo saberes epistemológicos insurgentes.

A presença da população negra no âmbito acadêmico fortalece os direitos raciais e sociais conquistados ao longo dos anos, bem como derruba os muros que separam o conhecimento hegemônico das epistemologias pretas. Pois, no fazer científico não existe teoria neutra, produzimos o conhecimento científico a partir da nossa realidade, contribuimos com os estudos que asseguram o ingresso, a permanência e a conclusão com qualidade na Educação Superior.

Visto que o movimento negro e de mulheres negras no âmbito epistemológico, atua como “produtor, articulador e sistematizador de saberes emancipatórios” (Gomes, 2017,

p. 128). Nesse sentido, o currículo e as/os docentes que articulam os saberes na pós-graduação precisam descolonizar suas mentes, aceitar e propor novos saberes epistemológicos para que haja avanços no trabalho intelectual científico das/os estudantes negras/os.

Kilomba (2019, p. 51) descreve que “[...] a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a”. Esse fato se confirma na fala de Neusa ao descrever:

A gente vivenciou falas racistas, a gente vivencia às vezes. A gente percebe falas direcionadas aos nossos aspectos de pesquisa, quando a gente pesquisa algum tipo de epistemologia preta, quando a gente pensa um outro tipo de fazer pesquisa, ou quando a gente destaca o enfoque necessário para as questões raciais. Tem pesquisas que vão falar assim, tem autores intelectuais importantíssimos que vão falar que é preciso sim analisar raça, e raça vem primeiro. A gente tem uma demarcação social baseada em raça. Então, existem pesquisas que vão destacar isso e que vão partir desse princípio. Mas dentro da pós-graduação e dentro dessa ciência ocidental, que é muito pregada, a gente percebe algumas falas que a meu ver são racistas (Neusa, 2023).

Percebemos por meio da fala de Neusa a resistência dessa sociedade racista, patriarcal e capitalista em legitimar os discursos e pesquisas produzidos pelas/os estudantes negras/os, essa ação contribui para o processo de epistemicídio tão costumeiro em nossa sociedade. Sueli Carneiro (2011) denomina epistemicídio como um:

[...] fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar (Carneiro, 2011, p. 92-93).

Todavia, os enfrentamentos políticos por garantia de direitos para a população negra com a presença das/os estudantes negras/os nas universidades têm fomentado uma mudança epistemológica no fazer científico. Assim, as políticas de ações afirmativas enquanto mecanismo de reparação histórica desconstrói a estética branca e promove uma nova ideologia da cor no âmbito universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas considerações finais não se limitam ao fechamento do estudo, pois compreendemos que novas reflexões e perspectivas poderão surgir ao longo dos anos. Para tanto, consideramos a partir do estudo realizado com o diálogo entre as/os autoras/es, as/os pesquisadoras/es e as/os estudantes cotistas participantes da entrevista que o racismo em suas interseccionalidades potencializa desigualdades com base na raça, gênero e classe.

Observamos por meio dos estudos que o movimento negro e de mulheres negras impulsionaram com lutas e enfrentamentos a valorização da identidade negra, o estudo sobre a história e cultura afro-brasileira, as discussões em volta das políticas públicas nos quais requereram o direito para o povo negro, de acesso aos bens e serviços públicos.

Um direito conquistado para a população negra é a implementação das políticas de ações afirmativas na graduação, com a Lei nº 12.711/2012 e com a atualização por meio da Lei nº 14.723/2023 para a pós-graduação, o qual tem como objetivo promover de forma ativa a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, fomentando o acesso à educação superior, rompendo com os ciclos de desvantagens raciais e sociais em sociedade.

Como foi descrito neste artigo, por muito tempo o povo negro teve barreiras impostas no acesso ao direito da educação, o que configurava o trabalho intelectual como um lugar interdito devido a construção racista empregada pela ciência positivista, que colocava a população negra, seus saberes, conhecimento, identidade e subjetividades no lugar de subalternidade.

Todavia, os enfrentamentos desempenhados pelo movimento negro e de mulheres negras, a proposição e acesso pelas políticas de ações afirmativas trouxeram uma nova realidade aos espaços universitários, a ocupação e mudança no perfil das academias fizeram com que muitas/os estudantes criassem conhecimentos epistemológicos contra-hegemônico, apresentando novas possibilidades de fazer ciência.

As entrevistas cedidas pelas/os estudantes negras/os mostraram que mesmo com todas as mudanças ocorridas durante os séculos passados, perpetua no imaginário brasileiro a democracia racial, afirmando por meio do racismo em suas interseccionalidades

que no Brasil não existe preconceito e/ou discriminação devido a raça, e sim por conta da classe. Observa-se também que no âmbito da pós-graduação as epistemologias negras não são evidentes nos currículos e discussões das disciplinas, culminando para a prática do epistemicídio, com a negação e rebaixamento das produções intelectuais negras.

Diante do exposto, podemos considerar que mesmo com as dificuldades e divergências que a população negra enfrenta com o racismo em suas interseccionalidades, desconsiderando suas conquistas, seu espaço na sociedade e seu direito, temos avançado significativamente na reflexão, debates e lutas para desconstruir a engrenagem que tenta nos manter nos espaços de subalternidade.

O cenário ainda é de luta para a manutenção e conquista de outros direitos que se fazem necessários na reparação histórica do povo negro, no âmbito da pós-graduação faz-se necessário afirmar que as academias são para a população negra sim, as potencialidades por meio dos trabalhos intelectuais insurgentes produzidos pelas/os estudantes negros podem romper com barreiras geracionais e ressignificar a ciência contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. Raça e Racismo. In: ALMEIDA, Silvio L. de. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Suely Carneiro; Polén, 2019, p. 17-37.

BRASIL. **Definição dos cursos de pós-graduação:** parecer no 977/65. Brasília: MEC, 1965.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Brasília: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Lei das Cotas. Brasília: Presidência da República, 2012.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016.** Ações Afirmativas na Pós-graduação. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. **Atualização da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Lei de Cotas. Brasília: Presidência da República, 2023.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a Outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, [online], v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

FERREIRA, E. L. P. **Estudantes negros(as) egressos(as) das políticas de ações afirmativas: um olhar sobre a pós-graduação.** 2018. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. Análise e Interpretação de Dados da Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Maria C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 79-108.

GOMES, N. L. **O movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

HOOKS, b. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 2005.

JÚNIOR, P. J. de C. **Executivos negros: racismo e diversidade no mundo empresarial: Uma abordagem sócio-antropológica.** 2011. 553 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano.** Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE MOS, R. de O. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 185, ano XVI, out./2016.

LIMA, M. Trajetória Educacional e Realização Sócio-Econômica das Mulheres Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 489 - 495, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16467>>. Acesso em: 22 fev. 2025.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2011, p. 9-29.

MOORE, C. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p. 55-106.

OLIVEIRA, P. A.; SILVA, M. G. Educação escolar quilombola e currículo: Analisando as Teorias Decoloniais e pós-críticas enquanto caminhos transpassadores da BNCC. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade – LES**, Teresina, v. 29, n. 61, 2025, eISSN: 2526-8449.

PEREIRA, A. M. **Trajetória e perspectivas do Movimento Negro Brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

SISS, A. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas**. Niterói: PENESB, 2003.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 2021.

TELLES, E. E. **O significado da Raça na Sociedade Brasileira**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2012.

VENTURINI, A. C. **Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão**. 2019. 320f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, V. 22, p. 203-220, ago/dez. 2014.

HISTÓRICO

Submetido: 20 de Jun. de 2025.

Aprovado: 15 de Dez. de 2025.

Publicado: 28 de Dez. de 2025.

COMO CITAR O ARTIGO – ABNT:

PINHEIRO, L. M. S.; CORDEIRO, A. L. A. Políticas de Ações Afirmativas e o Trabalho Intelectual Insurgente de Estudantes Negras/os. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade – LES**, Teresina, v. 29, n.61, 2025, eISSN:2526-8449.